

STPT CONGRATULA-SE COM A REJEIÇÃO PARLAMENTAR DAS ALTERAÇÕES À LEI LABORAL PROPOSTAS PELO GOVERNO

A tentativa do Governo de alterar a legislação laboral contra a vontade expressa dos trabalhadores e dos seus sindicatos representa um grave desrespeito pelos princípios da democracia participativa, do diálogo social e da negociação!

Quando um Governo procura avançar com mudanças que afetam diretamente os salários, os horários, a estabilidade no emprego e os direitos coletivos sem o apoio daqueles que serão mais afetados por essas decisões, está a colocar os **interesses económicos de uma minoria** acima dos direitos da maioria que vive do seu trabalho.

Os argumentos da competitividade e da modernização foram frequentemente utilizados para justificar a redução de direitos laborais. No entanto, a realidade demonstra que os trabalhadores portugueses já enfrentam **baixos salários, precariedade, dificuldades de acesso à habitação e um aumento constante do custo de vida. Perante este cenário, retirar direitos ou enfraquecer mecanismos de proteção laboral como pretende o Governo não resolve os problemas estruturais da economia portuguesa; apenas agrava as desigualdades existentes.**

O Governo argumenta também **falsamente** que as medidas propostas são necessárias para aumentar a produtividade?

A realidade é que países com elevados níveis de proteção dos trabalhadores continuam a apresentar elevados índices de produtividade, inovação e desenvolvimento económico.

É particularmente significativo que estas alterações **não tenham conseguido reunir consenso parlamentar** nem apoio sindical. Tal facto demonstra que **não existe legitimidade política nem social** para avançar com uma reforma desta natureza. Numa democracia, a legislação laboral deve resultar do debate, da negociação e da procura de soluções equilibradas, e não da **imposição** de medidas rejeitadas pelos representantes dos trabalhadores.

A história do movimento laboral em Portugal mostra que os direitos hoje considerados fundamentais – limites ao horário de trabalho, contratação coletiva, proteção no desemprego e segurança no emprego – foram conquistados através da ação social dos trabalhadores e não oferecidos por iniciativa dos governos ou dos grupos económicos. Por isso, qualquer tentativa de enfraquecer esses direitos **encontrará inevitavelmente resistência.**

Defender os direitos laborais não é defender privilégios. É defender a dignidade do trabalho, a justiça social e uma economia que coloque as pessoas acima dos interesses financeiros. **Um país não se torna mais moderno por reduzir direitos;** torna-se mais moderno quando **distribui melhor a riqueza que produz,** valoriza os trabalhadores e reforça a democracia nas empresas.

Nenhum governo tem mandato para desvalorizar o trabalho em nome de uma suposta competitividade.

Num Estado de Direito democrático, reformas com impacto tão significativo exigem debate público, escrutínio parlamentar e participação ativa dos parceiros sociais. Quando estes elementos estão ausentes, a legitimidade política e social das mudanças fica inevitavelmente enfraquecida.

Por estas razões, a alteração da lei laboral sem aprovação parlamentar e sem o apoio dos trabalhadores e dos sindicatos merece uma análise crítica e uma oposição fundamentada, em defesa do diálogo social, da negociação, da democracia participativa e dos direitos laborais.

Significa isto que não é necessária a alteração à lei?

Claro que o STPT considera que no actual contexto de evolução Tecnológica, se torna **essencial e urgente** produzir leis que criem equilíbrio entre os direitos e proteção dos trabalhadores com a melhoria da produtividade e sustentabilidade económica das empresas.

STPT, 22 de Junho de 2026

A Direção